



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



Oligarquias e Dominação:
Uma Discussão sobre o Controle Político
das Famílias Tapety e Sá na Cidade de Oeiras-Piauí.

Autores: Ana Kelly Sousa e Silva¹, Jahnece Renegally Moura Barbosa², Naira Luan Sousa e Silva³

Picos,
Junho de 2017

¹ *Graduando em Administração pela UFPI;*

² *Graduando em Administração pela UFPI;*

³ *Professora da UFPI, mestra em sociologia, orientadora.*

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

S586o Silva, Ana Kelly Sousa e

Oligarquias e dominação: uma discussão sobre o controle político das famílias Tapety e Sá na cidade de Oeiras-Piauí / Ana Kelly Sousa e Silva, Jahnece Renegally Moura Barbosa– 2017.

CD-ROM : il.; 4 ¾ pol. (26 f.)

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2017.

Orientador(A): Prof^ª. Ma. Naira Luan Sousa e Silva

1. Oligarquias. 2.Famílias-Dominação. 3.Famílias Tapety e Sá-Oeiras-Piauí. I. Barbosa, Jahnece Renegally Moura. II. Título.

CDD 658



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
 CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
 COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO
 Rua Cicero Eduardo S/N – Bairro Junco – 64.600-000 – Picos – PI.
 Fone (89) 3422-1087 – Fax (89) 3422-1043



PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA
 DE DEFESA DE ARTIGO CIENTÍFICO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

ANA KELLY SOUSA E SILVA
JAHNECCE RENEGALLY MOURA BARBOSA

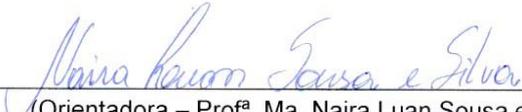
Oligarquias e Dominação:
 Uma Discussão sobre o Controle Político
 das Famílias Tapety e Sá na Cidade de Oeiras-Piauí.

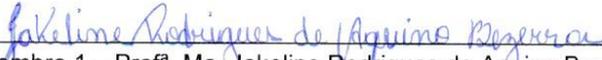
A comissão examinadora, composta pelos professores abaixo, sob a presidência da primeira, considera a discente como:

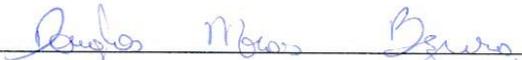
- Aprovado(a)**
 Aprovado(a) com restrições

Observações: a nota está condicionada a entrega do TCC final com todas as alterações sugeridas pela banca nos prazos previamente estabelecidos.

Picos (PI), 06 de julho de 2017.


 (Orientadora – Profª. Ma. Naira Luan Sousa e Silva)


 (Membro 1 – Profª. Ma. Jakeline Rodrigues de Aquino Bezerra)


 (Membro 2 – Prof. Me. Douglas Moraes Bezerra)

RESUMO

Historicamente, no Piauí, é notória a permanência de algumas famílias fornecendo candidatos em cada pleito eleitoral, este seria o “nervo exposto da oligarquia piauiense” (ARRAES FILHO, 2000, p. 26). Ora, na cidade de Oeiras, primeira capital do Piauí, entre os anos de 1988 e 2016, percebe-se a alternância do poder na gestão municipal entre duas famílias tradicionais: os Tapety e os Sá. Diante deste fato, este estudo procura apresentar respostas iniciais sobre a natureza da dominação que sustenta as oligarquias na política do município de Oeiras-PI, entre os anos de 1988 a 2016. Como aporte teórico utilizou-se para a discussão sobre oligarquias as perspectivas de Couto (2012), Michels (1982) e Arraes-Filho (2000); para aprofundar o debate acerca das formas de dominação legítima e suas interfaces com o patrimonialismo e clientelismo, os referenciais norteadores foram Weber (2015) e Carvalho (1997). Quanto ao itinerário metodológico, optou-se pelo método qualitativo para descrever e explicar o fenômeno em questão, e no que diz respeito ao levantamento de dados, o presente estudo desenvolveu-se a partir da pesquisa documental, da pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo, a entrevista estruturada foi escolhida como instrumental para a coleta de dados durante esta última técnica, e através da análise de conteúdo os dados foram tratados. As conclusões apontam para uma estrutura tipicamente oligárquica na cidade de Oeiras, na qual os grupos políticos tradicionais exercem uma dominação híbrida das formas tradicional e carismática, à medida que se assentam sobre as práticas patrimonialistas e clientelistas para o consentimento dos governados e, além disso, apelam para a “tradição” e a “paixão” para justificar a legitimação da dominação política das famílias Tapety e Sá em Oeiras-PI.

Palavras-chave: Oligarquias; Dominação; Oeiras-Piauí; Famílias Tapety e Sá.

ABSTRACT

Historically, in Piauí, the permanence of some families providing candidates in each electoral contest is notorious, this would be the "exposed nerve of the Piauían oligarchy" (ARRAES FILHO, 2000, p.26). In the city of Oeiras, the first capital of Piauí, between 1988 and 2016, we can see the alternation of power in municipal management between two traditional families: Tapety and Sá. Given this fact, this study seeks to present initial answers about the nature of the domination that sustains the oligarchies in the politics of the municipality of Oeiras-PI, between the years of 1988 to 2016. As theoretical contribution was used for the discussion on oligarchies the perspectives of Couto (2012), Michels (1982) and Arraes-Filho (2000); In order to deepen the debate about the forms of legitimate domination and its interfaces with patrimonialism and clientelism, the guiding references were Weber (2015) and Carvalho (1997). As for the methodological itinerary, the qualitative method was chosen to describe and explain the phenomenon in question, and as far as data collection is concerned, the present study was developed from documentary research, bibliographical research and field research , The structured interview was chosen as an instrument for the data collection during this last technique, and through content analysis the data were processed. The conclusions point to a typically oligarchic structure in the city of Oeiras, where traditional political groups exercise a hybrid domination of the traditional and charismatic forms, as they are based on patrimonialist and clientelistic practices for the consent of the governed and, moreover, Call for "tradition" and "passion" to justify the legitimation of the political domination of the Tapety and Sá families in Oeiras-PI.

Keywords: Oligarchies; Domination; Oeiras-Piauí; Tapety and Sá families

1 INTRODUÇÃO

Diante do cenário político brasileiro (escândalo do mensalão em 2005; *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff; presidente Michel Temer denunciado por corrupção), vive-se um momento histórico em que as reflexões sobre o regime democrático representativo precisam ser aprofundadas, isso porque, a cada novo escândalo de corrupção, apreende-se que grande é o fosso entre governantes e governados e quão ineficazes são as práticas de responsividade, uma vez que, os interesses privados e de pequenos grupos dotados de poderio econômico sobrepõem-se aos interesses de toda maioria da população.

Nesse sentido, a implantação do regime democrático a partir de 1985 não foi incompatível com a permanência do regime político oligárquico (ARRAES FILHO, 2000). Apesar, do ressurgimento democrático brasileiro, nascer como uma conquista do povo (BRESSER-PEREIRA, 2016), os desajustes característicos do sistema Estatal brasileiro, como o patrimonialismo e o clientelismo marcam os cenários políticos, alastrando-se por todo Brasil (COSTIN, 2010), muitas vezes associados como “parte da nossa cultura”, ou como “condicionantes estruturais” ou ainda como “resíduos do passado colonial” (COSTA, 2010). Diante disso, no interior das organizações públicas, formas de representação democrática podem conflituosamente assistir a processos de oligarquização (COUTO, 2012).

Historicamente, no Piauí, é notória a permanência de algumas famílias fornecendo candidatos em cada pleito eleitoral, este seria o “nervo exposto da oligarquia piauiense” (ARRAES FILHO, 2000, p. 26), ou seja, existem evidências que apontam para cenários de disputas eleitorais, nos âmbitos estadual e municipal, nas quais as posições de comando político permanecem no controle de poucas famílias que quando não elegem membros consanguíneos, elegem “pessoas de confiança”. Refletindo sobre as permanências e rupturas que simultaneamente caracterizam a sociedade piauiense e movidos pelo “querer saber” tivemos o interesse de aprofundar-nos numa análise a nível municipal da primeira cidade do Piauí, Oeiras.

Na cidade de Oeiras-Piauí, entre os anos de 1988 e 2016, percebe-se a alternância do poder na gestão municipal entre duas famílias tradicionais: os Tapety e os Sá. Diante deste fato, este estudo procura responder a seguinte questão: qual é a natureza da dominação que sustenta as oligarquias na política do município de Oeiras-Piauí, entre os anos de 1988 a 2016? A fim de respondermos esta indagação delimitamos os seguintes objetivos específicos: compreender a estrutura política oligárquica e sua respectiva relação com os condicionantes históricos, socioeconômicos e culturais da cidade de Oeiras-PI; apresentar as percepções sobre a relação família e política dos protagonistas das famílias Tapety e Sá; e, por último, identificar os tipos ideais de dominação com a forma de fazer política no município de Oeiras.

Partimos de duas hipóteses iniciais: primeira, as oligarquias políticas tem forte relação com regiões atrasadas econômica e socialmente; segunda, as práticas clientelistas e populistas reforçam o controle do poder local das famílias Tapety e Sá. Portanto, neste estudo procuramos enfatizar a relação entre famílias, oligarquias e dominação – fornecendo uma primeira análise deste fenômeno no município com o intuito de contribuir no debate acerca do Brasil de hoje no que diz respeito à dinâmica política e social dos atores, governantes e governados e a sustentação das práticas clientelistas no meio em que se pretende a modernização do Estado.

O método qualitativo conduziu o processo de investigação, porque se revela o mais adequado à este tipo de estudo no qual se procura entender a natureza de um fenômeno social. As técnicas da pesquisa documental, da pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo favoreceram o levantamento de dados primários e secundários sobre o objeto de estudo construído. Na perspectiva de pesquisa de campo, o estudo pode ser tipificado enquanto estudo exploratório-descritivo que contou com entrevistas estruturadas como instrumental de

coleta de dados, realizadas com três personalidades políticas das famílias Tapety (1 membro) e Sá (2 membros).

A fim de testarmos as hipóteses mencionadas, estruturamos o estudo em cinco seções, em que a primeira corresponde a esta breve introdução; a segunda apresenta o referencial teórico que aprofunda o debate sobre as problemáticas centrais sobre oligarquia política; as formas de dominação legítima e suas interfaces com o patrimonialismo e clientelismo; Oeiras – aspectos históricos, socioeconômicos, culturais e políticos, respectivamente. A terceira seção indica os aspectos metodológicos do estudo. A quarta seção contempla a apresentação e a discussão dos resultados. E, a quinta e última seção indica as considerações finais do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção apresentamos discussões teóricas sobre as categorias de análise que embasaram o estudo, em três subseções. Na primeira subseção, apresentamos algumas considerações sobre o conceito de oligarquia e como estas se caracterizam no sistema político piauiense. Na segunda seção, atentamos para as categorias sociológicas weberianas dominação, dominação de caráter racional/legal, dominação de caráter tradicional e dominação de caráter carismático, em busca de compreender os sentidos das permanências das oligarquias na política local. Na terceira subseção, adentramos nas especificidades do campo de estudo, revelando algumas particularidades históricas, sociais, culturais e políticas do município de Oeiras-Piauí.

2.1 Oligarquias políticas e democracias representativas

O conceito de oligarquia na ciência política perdeu boa parte de sua capacidade analítica por conta do seu uso pouco rigoroso e subjetivo. A fim de sanar este problema Couto (2012) propõe uma delimitação mais precisa do termo que permita uma melhor compreensão do funcionamento efetivo de regimes democráticos, das questões atinentes à qualidade da democracia e das limitações concretas de operação, não só desse regime, como de outras formas organizacionais de vida coletiva. Portanto, o conceito de oligarquia serve como base analítica para se entender qualquer tipo de organização em se estabelecem relações de poder e conflitos de interesse entre tomadores de decisão e os demais membros.

Nas ciências sociais o termo oligarquia é frequentemente utilizado para indicar três situações: 1) àquelas nas quais grupos políticos tradicionais dominam determinadas regiões; 2) àquelas para designar um grupo de ricos ou governo de ricos e, 3) àquelas que se referem ao grupo minoritário dotado de grande poder dentro de organizações (COUTO, 2012). Nestes três casos, não é possível distinguir o que torna a utilização do conceito particular numa determinada realidade, porque, por exemplo, a situação 2 pode ser complementar a situação 1, numa relação de causa/consequência ou vice-versa.

Em boa medida, foi a noção numérica para definir um governo ou um grupo como uma oligarquia que sobreviveu com maior força até nossos tempos. O pequeno número foi considerado por diversos autores modernos e contemporâneos como algo mais relevante do que a riqueza – muito embora esta possa permanecer como um aspecto distintivo das oligarquias. Ora, a riqueza tanto pode ser uma consequência da condição de oligarca, quanto um elemento facilitador da mesma, isto é, uma causa – ainda que não exclusiva ou determinística da oligarquização (COUTO, 2012, p. 3,4).

O que acontece geralmente é que o conceito de oligarquia, erroneamente, se confunde com o conceito de elite política ou classe dominante. Ou seja, são as elites políticas que

representam grupos minoritários que ascendem ao domínio político a partir da riqueza, da família ou dos contatos sociais. Dessa forma, toda oligarquia é necessariamente uma elite política, mas, o inverso nem sempre é real, sendo assim, uma relação desigual entre minorias e majorias contribui para o surgimento de uma oligarquia (COUTO, 2012). Uma visão fatalística de oligarquia.

Minorias, ou elites, que controlam organizações dos mais variados tipos, liderando os demais membros, tenderiam inelutavelmente a converterem-se em oligarquias, pois seus interesses distanciam-se cada vez mais daqueles do restante da coletividade. Esse distanciamento gera uma apartação entre a coletividade como um todo e seus membros que passaram a ocupar cargos de direção organizacional (COUTO, 2012, p. 7).

Isso aconteceria à medida que os líderes organizacionais deixem de operar a organização com um meio para a busca dos fins que levaram à sua instituição, tornando-a um fim em si mesmo, pois seu status organizacional lhes assegura ganhos materiais e simbólicos distintivos com relação aos demais membros (COUTO, 2012). Na esfera das organizações públicas, os regimes democráticos contemporâneos estariam sujeitos às tendências oligárquicas, haja vista o processo de delegação de representação das massas aos chefes que em princípio deveriam apenas servir à massa, mas, que com o passar do tempo separam-se dos governados, passando a representar seus próprios interesses particulares. Este seria o maior perigo decorrente da representação, assim “torna-se cada vez mais absurdo querer “representar” uma massa heterogênea, em todos os problemas criados pela crescente desigualdade da nossa vida política e econômica” (MICHELS, 1982, p. 25).

Portanto, seria “esgotamento da solidariedade para com a classe de origem” o aspecto mais importante da “lei férrea das oligarquias” de Michels (1982). Para Miguel (2014), esta análise incorre sobre o erro de não considerar a manutenção da solidariedade como a base racional da permanência na posição de liderança política. Apesar disso, a análise de Michels (1982) é importante porque chama atenção para o problema central da democracia representativa: como o povo exercerá o poder mesmo estando ausente dos locais de exercício do poder. Logo, o vínculo entre representantes e representados é questão central em uma democracia (MIGUEL, 2014).

Diante das problemáticas relacionadas à imprecisão do conceito de oligarquia outrora apresentadas, Couto (2012) sugere a seguinte proposta conceitual:

Oligarquia é um regime organizacional no qual os indivíduos que detêm postos de comando conseguem agir continuamente de forma não subordinada aos princípios de legitimidade vigentes, pois não são controláveis pelos demais membros da coletividade organizada, podendo assim dirigi-la de modo a favorecer seus próprios objetivos em detrimento do que desejam os demais e/ou do que são os princípios legítimos de funcionamento da organização (COUTO, 2012, p. 14).

Sobre o conceito acima é importante destacar que para que uma liderança seja tipificada enquanto oligárquica seria necessário reconhecer em primeiro lugar uma atuação de forma autoritária, ou seja, apesar de legitimamente institucionalizada, a liderança não estaria sobre o controle da coletividade organizada e age contrária aos princípios aceitos de legitimidade apresentados na forma de regras escritas. No entanto, “regras formais são forjadas pelos líderes de modo a viabilizar na prática seu domínio oligárquico, mas esses líderes procuram revestir-se de uma legitimidade aparente cujos princípios abertamente aceitos não são, de modo algum, consonantes às regras formalizadas” (COUTO, 2012, p. 14).

Numa perspectiva diferente do conceito de oligarquia indicado acima, Arraes Filho (2000) escrevendo sobre as elites políticas e a oligarquização do Legislativo piauiense entre os anos de 1982 a 1995, assume o termo em seu sentido mais comum com duas possíveis conotações: primeira, sistema permanente de dominação de um grupo político minoritário pertencente a uma mesma classe social; segunda, hegemonia e permanência da dominação política de poucas famílias, em alguns casos, que não se misturam.

Seguindo esta linha argumentativa, as permanências das oligarquias explicam-se tanto pelas condições estruturais socioeconômicas como pela homogeneidade das elites (homogeneidade que é de natureza social, reforçada pelo sistema educacional e pelas relações familiares), isso quer dizer que a concentração de poder nas mãos de reduzidas famílias políticas tradicionais que não se misturam, o que por sua vez implicaria num caso típico de sucessão hereditária do poder político em todo o Brasil, em que um número restrito de famílias detém o poder político e são também detentoras de grande influência social e econômica.

No Piauí, entre estas famílias estão: os Silva, os Moraes Sousa, os Almendra Freitas, os Portella, Silveira, os Brandão, os Dantas Eulálio, os Paes Landim, Castro Macedo e os Cavalcante. Estas famílias dominam o Estado como extensão de seus negócios privados, disso decorre seu caráter essencialmente patrimonialista (ARRAES FILHO, 2000). Além disso, outras particularidades do fenômeno são percebidas pelo autor:

(...) Os pilares de sustentação do domínio político das oligarquias piauienses não estão baseados necessariamente na riqueza financeira ou na propriedade da terra, mas no controle e na ocupação das instituições públicas e partidárias em suas respectivas áreas de influência. As práticas paternalistas-assistencialistas e clientelistas, quando utilizadas eficientemente, são elementos importantes para o controle do poder político pelos clãs familiares em nível local (ARRAES FILHO, 2000, p. 20).

Dessa forma, permanece no Piauí, uma estrutura política oligárquica cujo ponto central é a ausência de mudanças significativas na vida política local que permanece dominada por uma ou duas famílias tradicionais. Contudo, se faz importante salientar que a permanência desta estrutura não se justifica apenas pelo cenário econômico agrário e rural, ela está intensamente embebida de fortes doses de clientelismo entre os atores políticos que em troca de apoio político barganham recompensas materiais e simbólicas com seus pares nas esferas de poder estadual, federal e municipal.

Além disso, as práticas políticas desses grupos familiares revelam traços do discurso populista no qual há forte ênfase na “defesa dos necessitados e humildes” fomentando práticas assistencialistas e paternalistas como distribuição de benefícios e amparo à população carente (ARRAES FILHO, 2000).

2.2 As formas de dominação legítima e suas interfaces com o patrimonialismo e clientelismo

As relações entre os atores sociais estão mergulhadas de sentidos e para compreendê-las é preciso procurar as “evidências” que ora podem se apresentar pela experiência, ora pela própria intuição daquele que se propõe a investigar. Dessa forma, a fim de compreender a natureza da dominação que permite a permanência das famílias Tapety e Sá na gestão do município de Oeiras, optamos por analisar em quais condições históricas de dominação legítima a sociedade oeirense pode se encontrar.

Partindo deste pressuposto, é preciso de antemão distinguir as categorias “poder” e “dominação”. Ora, o poder, enquanto fator sociopolítico significa “toda probabilidade de

impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade” (WEBER, 2015, p. 33). Em contrapartida, dominação significa “a probabilidade de encontrar obediência pronta, automática e esquemática a uma ordem, entre uma pluralidade indicável de pessoas” (WEBER, 2015, p.33). Dessa forma, “o caráter equívoco do conceito de poder é suprimido pelo conceito de dominação, uma vez que este implicaria uma probabilidade e, portanto, permitiria prever em dada relação qual das partes conseguirá impor sua vontade” (BIANCHI, 2014, p. 88).

A submissão pode basear-se em motivos diversos (materiais, afetivos ou racionais referentes a valores) e é a natureza destes motivos que determinam o tipo de dominação. Além disso, outro elemento importante na definição do tipo de dominação é a crença na legitimidade, uma vez que toda dominação pretende persistir e para tal utiliza-se de vários meios para garantir o exercício da dominação (WEBER, 2015). Por isso, admite-se que “as três formas básicas de manifestação de legitimidade são capitais para explicação de todos os fenômenos do poder observados em qualquer tipo de organização social” (BONAVIDES, 2010, p. 116).

De acordo com as pretensões típicas à legitimidade, Weber apresenta três tipos puros de dominação: de caráter racional, de caráter tradicional, de caráter carismático. Na primeira existe uma obediência de ordem impessoal, ou seja, baseada na legalidade formal de estatutos; na segunda, a obediência se dá em virtude dos hábitos costumeiros, da tradição; na terceira, a confiança pessoal no líder carismático é suficiente para despertar obediência.

Apesar da tipologia supracitada, Weber ressalta que nenhum dos três tipos de dominação costuma existir em forma historicamente ‘pura’. Isso porque ao longo do tempo, as formas de legitimação são incorporadas pelo cotidiano, misturando-se, e, então caberá à análise sociológica apontar num caso de dominação específica, o que há de carismático, o que há de patriarcal e o que há de burocrático.

Para detectar a natureza da dominação num sistema político específico, como por exemplo, o Brasil, há de se reconhecer a evolução histórica do país e das características do Brasil de hoje, identificando as nuances dos conceitos mais universais, como clientelismo⁴ e patrimonialismo⁵ e dos conceitos mais específicos, como coronelismo⁶ e mandonismo⁷ (CARVALHO, 1997). Nesse sentido, os conceitos de coronelismo, mandonismo e clientelismo remetem à manifestação real das formas de dominação puras discutidas por Weber.

A dominação legal é a forma de administração especificamente moderna, baseia-se na ideia de que todo direito pode ser estatuído de modo racional e deve ser respeitado pelos membros de uma determinada associação, ou seja, existe uma obediência à ordem impessoal. Weber (2015), ainda enumera duas categorias fundamentais da dominação legal: primeira, um

⁴ Em sentido geral, pode ser compreendido como “tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto” (CARVALHO, 1997, p. 2) Constituinto-se dessa forma como atributo variável de sistemas políticos, muito mais amplo que o coronelismo pois perpassa toda a história política do Brasil.

⁵ O patrimonialismo é um conceito que na sociologia weberiana possui diversas facetas. Neste estudo, porém, ele será tomado como sinônimo do “neopatrimonialismo” que se formou no entendimento de Bruhns (2012) na tentativa de destradicionalizar o patrimonialismo associado exclusivamente à forma de dominação tradicional presentes nas sociedades pré-capitalistas, mantendo sua essência, a confusão entre o público e o privado na análise do constructo estatal.

⁶ Conceito muito particular da história do Brasil, que representa um sistema político típico da Primeira República, baseado em barganhas entre governo e os coronéis, tendo em vista a sustentação da política dos estados implantada por Campos Sales em 1898 (CARVALHO, 1997).

⁷ “Refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral posse da terra, exerce sobre a população domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e a sociedade política” (CARVALHO, 1997, p. 2).

exercício contínuo, de funções oficiais dentro de determinadas regras; segunda, competência do exercício da função oficial. Esta última categoria remete ao âmbito objetivamente limitado de atuação, à atribuição dos poderes de mando e a limitação fixa dos meios coercivos que podem ser admitidos.

Outros traços que marcam a dominação legal são os princípios de hierarquia oficial, da centralidade das regras, da separação absoluta entre quadro administrativo e os meios de administração e produção, da não apropriação do cargo pelo detentor, da documentação dos processos administrativos. Assim, os funcionários são livres porque obedecem apenas obrigações objetivas, tem competências funcionais fixas e qualificação profissional, se submetem a um sistema rigoroso e homogêneo de disciplina e controle de serviço (WEBER, 2015). Dessa forma, a dominação legal seria a forma superior de dominação.

A administração puramente burocrática, portanto, a administração burocrática-monocrática mediante documentação, considerada do ponto de vista formal, é, segundo toda experiência, a forma mais racional de exercício de dominação, porque nela se alcança tecnicamente o máximo de rendimento em virtude de precisão, continuidade, disciplina, rigor e confiabilidade – isto é, calculabilidade tanto para o senhor quanto para os demais interessados -, intensidade e extensibilidade dos serviços, e aplicabilidade formalmente universal a todas as espécies de tarefas (WEBER, 2015, p. 145).

A dominação tradicional, ao seu turno, caracteriza-se pela ordem subjetiva da obediência, ou seja, não se obedece a estatutos, mas a pessoa indicada pela tradição, em virtude da dignidade pessoal atribuída a esta pessoa pela própria tradição. Nesse sentido, o dominador não é um “superior”, mas senhor pessoal, e, portanto dispõe de um quadro de servidores pessoais, nos quais a fidelidade pessoal é decisiva. Por conta da arbitrariedade pessoal do senhor, as ações do mesmo podem ser orientadas tanto pelos princípios de equidade ou justiça ética material ou de conveniência utilitarista (WEBER, 2015).

Nesse sentido, o quadro administrativo é composto por “servidores pessoais” e “companheiros tradicionais” ou “súditos”, podendo ser recrutado a partir de recrutamento patrimonial, ou seja, pessoas tradicionalmente ligadas ao senhor, dentre eles os próprios membros familiares; ou ainda, pelo recrutamento extrapatrimonial, por conta das relações pessoais de confiança, assentado no sistema de “favoritos”, característica específica de todo patrimonialismo. Dado estes tipos de recrutamento, falta ao quadro administrativo da dominação tradicional, competência e hierarquia racional fixa, formação profissional e salário fixo (WEBER, 2015).

Os tipos de dominação tradicional destacados por Weber – gerontocracia, patriarcalismo primário, patrimonialismo, sultanismo – são marcados pela esfera arbitrária que a distingue de toda forma de dominação racional. Para os fins aos quais se destina este estudo, será oportuno enfatizar o patrimonialismo, no qual aos poderes de mando se somam à apropriação econômica dos meios materiais de administração (direitos senhoriais econômicos).

O patrimonialismo normal inibe a economia racional não apenas por sua política financeira, mas também pela peculiaridade geral de sua administração, isto é: a) pelas dificuldades que o tradicionalismo opõe à existência de estatutos formalmente racionais e com duração confiável, calculáveis, portanto, em seu alcance e aproveitamento econômicos; b) pela ausência típica de um quadro de funcionários com qualificação profissional formal (WEBER, p. 157, 2015).

Considerando, por um lado, a burocracia enquanto forma de dominação racional que permite a modernização da máquina do Estado e, por outro lado, o patrimonialismo como uma forma de dominação tradicional em que o “senhor” expande seu poder pessoal; Fernando Uricoechea (1978) *apud* Carvalho (1997) interpreta o Brasil imperial como um tipo ideal de burocracia patrimonial, o que remete a reflexão sobre o papel do patrimonialismo como produtor de um estilo político baseado na cooptação, no clientelismo, no populismo, no corporativismo de Estado. E o próprio Weber insiste na ligação entre patrimonialismo e burocracia, indicando que a segunda originou-se a partir da primeira (BRUHNS, 2012).

Sobre a dominação carismática, é possível distingui-la da dominação tradicional por conta do caráter emocional (veneração de heróis, confiança no líder) de dominação, aonde o ‘carisma’ apresenta-se enquanto qualidade pessoal reconhecida pelos dominados, e é este reconhecimento que valida o carisma, nisto repousa a fragilidade da autoridade carismática, dada a necessidade de entrega inteiramente pessoal do dominado (WEBER, 2015). Diante disso, os líderes carismáticos tem em comum o fato de que as pessoas lhes obedecem devido à crença em suas qualidades pessoais extraordinárias.

Outro aspecto diferenciador da dominação carismática em relação à dominação tradicional é o fato da primeira desprezar e condenar o aproveitamento econômico dos meios materiais de administração, pois é percebida como “missão” ou “vocação”. Além disso, em certa medida, o carisma possui uma grande força revolucionária uma vez que “significa uma modificação da direção da consciência e das ações, com orientação totalmente nova de todas as atitudes diante de todas as formas de vida e diante do ‘mundo’, em geral” (WEBER, p.161, 2015). Contudo, a dominação tradicional e a dominação carismática dividem entre si quase todo o direcionamento de ações das pessoas.

À medida que a dominação carismática assume uma relação permanente tem de modificar essencialmente seu caráter, tradicionalizando-se ou racionalizando-se (WEBER, 2015). Nesse sentido, compreende-se que a dominação carismática poderá desembocar no patrimonialismo e na burocracia, isso porque ocorre uma eliminação de sua atitude alheia à economia, ou ainda, apele à certa dose de racionalização que permita a regulamentação de aspectos relacionados, por exemplo, à sucessão do líder.

Diante do exposto, considerando os três tipos puros de dominação apresentados pela teoria weberiana, “as formas empíricas de dominação, conceitualmente oriundas da mescla de dois, ou até três elementos dos “tipos puros”, é, por definição, aberta” (BRUHNS, 2012, p. 71). Isso significa que a complexificação das relações sociais no que se convencionou nomear de pós-modernidade implica na necessidade de ampliar a até mesmo ressignificar as formas de dominação.

2.3 Oeiras: dados históricos, socioeconômicos, demográficos, culturais e políticos

Oeiras foi o primeiro núcleo populacional do Piauí que surgiu em 1674 a partir da fazenda Cabrobó e em 1712 passou a categoria de vila – Vila da Mocha. No entanto, somente em 1761 o território do Piauí tornou-se autônomo e a vila da Mocha é elevada à condição de cidade passando a chamar-se Oeiras em homenagem ao primeiro ministro Sebastião José de Carvalho, na ocasião conde de Oeiras, cidade portuguesa (CRUZ, 2007).

No contexto sócio histórico colonial, “Oeiras era o símbolo do Piauí da pecuária, de governos e de fazendas sem perspectiva” (BEZERRA, 2011, p. 71) e por isso a mudança da capital fora uma decisão política acertada, principalmente por estar “destinada a reestruturar a economia do Piauí” (BEZERRA, 2011, p. 71). Oeiras está localizada no Centro-Sul do estado do Piauí a 315 km da capital Teresina e materializa a expansão da colonização associada à interiorização da criação de gado dos currais baianos e pernambucanos (LIMA; PINHEIRO,

2014). Assim, conclui-se que a origem de Oeiras está relacionada ao desenvolvimento da pecuária no Piauí e ao surgimento das grandes fazendas de gado.

(...) percebe-se então que a formação do estado piauiense cristalizou alguns dos principais traços do processo de colonização, tais como: concentração de poder, uma baixa integração nacional, uma baixa qualificação da população dentre outros. Tais elementos dificultaram ou impossibilitaram que os atores ou setores tivessem seus interesses representados pelo sistema político local (BEZERRA, 2011 p. 96).

Até o final do período colonial, Oeiras era administrada pelo juiz ordinário que acumulava as funções de dirigente municipal e chefe do legislativo. Em 1889, com a República, a gestão municipal assumiu um novo modelo administrativo – as intendências. Somente em 1930, é que surge a figura do prefeito municipal. Sobre a década de 1930, a autora destaca que Oeiras “arrancando para o progresso tentando recuperar o tempo em que se entregou à apatia desde que deixou de ser capital. Governantes de idéias novas e avançadas se dedicaram à reconstrução da cidade realizando obras públicas, revigorando-lhe e dando-lhe um novo perfil” (REIS, 2006, p. 55). Nesse sentido, a chegada da energia elétrica em 1937 foi sem dúvida o que mais trouxe os ares de modernização à cidade.

Porém a tradição cultural é frequentemente apontada como aspecto central do município. Vários escritores oeirenses se destacarão na Academia de Letras do Piauí: Licurgo José Henrique de Paiva; Cônego Leopoldo Damasceno; Clodoaldo Severo Conrado de Freitas; Benedito Francisco Nogueira Tapety; José Vidal De Freitas; Antônio Bugyja De Sousa Britto; Alvina Fernandes Gameiro, Petrarca Rocha de Sá, José Expedito de Carvalho Rego, Orlando Geraldo Rego de Carvalho (O G . Rego de Carvalho), Dagoberto Ferreira de Carvalho Júnior.

Oeiras, mantém até os dias atuais casarões coloniais e monumentos dos séculos XVIII e XIX que remontam à colonização do Piauí (OEIRAS, 2017). Além de se destacar manifestações culturais de longa tradição como as Celebrações religiosas como a Procissão dos Passos, a Procissão do Fogaréu, o grupo de dança Afrobrasileira Congos de Oeiras. Sobre a religiosidade, Oeiras “nasceu sob o símbolo da fé” e assim sua formação social foi fortemente influenciada pela igreja católica que “deixou marcas profundas da vida de seu povo”. De acordo com último senso divulgado pelo IBGE(2016), aproximadamente 88% da população auto declara-se católica.

A chama da religiosidade ateadada pelo 1º vigário Pe. Tomé de Carvalho, no início de sua colonização, final do século XVII, jamais se apagou, permanecendo acesa em cada detalhe das ações cotidianas de sua gente. Foi esta terra que o padre visitador Miguel de Carvalho escolheu para centro irradiador da fé católica deste imenso território conhecido como “Sertão de Dentro”. Aqui foi instalada uma freguesia e erguida uma igreja sob a proteção de N. S. da Vitória e “foi aqui em redor do teu culto que a cidade surgiu e cresceu” (REIS, 2006, p. 69).

Alguns aspectos demográficos e econômicos merecem destaque neste estudo. No que diz respeito ao número de habitantes que é de 35.640 (trinta e cinco mil, seiscientos e quarenta) no último Censo, o que coloca o município na posição 13 (treze) dentre 224 (duzentos e vinte e quatro) municípios do estado piauiense. Oeiras apresenta densidade demográfica de 13.19 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2017).

No que concerne aos dados econômicos sabe-se que em 2014, o salário médio mensal era de 1.6 salários mínimos, o que representa em números absolutos numa quantia de aproximadamente R\$ 1.158 (um mil cento e cinquenta e oito reais). A proporção de pessoas

ocupadas em relação à população total era de 9% (nove por cento). Em relação aos domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 49.1% da população nessas condições. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 97.9 em 2010 (IBGE, 2017). Em 2014, Oeiras tinha um PIB (Produto Interno Bruto) per capita de R\$ 8.473,29 (oito mil quatrocentos e setenta e três reais e vinte e nove centavos). Em 2015, tinha 92% (noventa e dois por cento) do seu orçamento proveniente de fontes externas (IBGE, 2017).

Oeiras conta com 26.242 eleitores ativos, o quadro abaixo descreve a distribuição percentual de votos no período de 1988 a 2016, nos pleitos eleitorais, nota-se que a disputa eleitoral durante todo este período pertence a estes dois grupos tradicionais – os tupamaros (família Tapety) e os boca-pretas (família Sá).

Quadro 1: Distribuição de votos (percentuais) válidos nas eleições de 1988 até 2016

Ano	SÁ	TAPETY
1988	53,00%	36,00%
1992	52,00%	34,00%
1996	35,00%	37,00%
2000	48,00%	51,00%
2004	44,00%	49,00%
2008	52,00%	47,00%
2012	52,00%	43,00%
2016	52,00%	47,38%

Considerando os dados apresentados no Quadro 1 acima, percebe-se que aproximadamente 99% dos votos válidos dividem-se entre os dois grupos políticos nas eleições de 2000, 2008 e 2016. Apenas, na eleição de 1996, o percentual de votos válidos é inferior, 72%. Nos demais pleitos (anos de 1988, 1992, 2004 e 2012) o percentual concentra-se entre 86% e 95%. Ainda sobre este aspecto é importante salientar que nos pleitos de 1992, 1996, 2004 e 2012 apresentaram-se outras candidatas que alguns casos não estavam diretamente ligados às famílias Tapety e Sá, porém não obtiverão êxito em suas campanhas, alcançando percentuais ínfimos na distribuição dos votos válidos.

3 METODOLOGIA

A fim de respondermos a seguinte pergunta de pesquisa: qual é a natureza da dominação que sustenta as oligarquias na política do município de Oeiras-Piauí, entre os anos de 1988 a 2016? Recorremos ao método qualitativo para descrever e explicar o fenômeno em questão, uma vez que, de acordo com Richardson (2011) este método apresenta-se como a melhor opção de investigação para entender a natureza de um fenômeno social. Além disso, “as investigações que se voltam para uma análise qualitativa têm como objetivo situações complexas ou estritamente particulares” (RICHARDSON, 2011, p. 80). Assim, o método qualitativo possibilita o entendimento mais profundo da especificidade do comportamento dos indivíduos.

Quanto ao levantamento de dados, o presente estudo desenvolveu-se a partir da pesquisa documental, da pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo, considerando a descrição proposta por Marconi; Lakatos (2010). Em primeiro lugar, a técnica da pesquisa documental foi utilizada para acessar os dados primários das fontes estatísticas a cargo do IBGE e dos órgãos federais e estaduais da justiça eleitoral. Em segundo lugar, a técnica da pesquisa bibliográfica permitiu o acesso às fontes secundárias, ou seja, o levantamento da

bibliografia pertinente tornada pública sobre o fenômeno. Em terceiro e último lugar, a técnica de pesquisa de campo possibilitou a incorporação de dados obtidos no próprio local em que o fenômeno ocorre, através das entrevistas estruturadas. Considerando esta última técnica de levantamento de dados, o estudo pode ser compreendido como exploratório-descritivo, pois se destina a descrever completamente o fenômeno a partir de análises empíricas e teóricas.

Como supracitado, a entrevista estruturada (Ver Apêndice A) foi escolhida como instrumental para a coleta de dados durante a pesquisa de campo. Gil (2011) ressalta que a expressividade do uso da entrevista na pesquisa social deve-se a uma série de razões que justificam sua utilização: a entrevista é uma técnica muito eficiente para a obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano e esses dados são suscetíveis de classificação e de quantificação possibilitando, assim, obter dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social. Além disso, quando comparada ao questionário, a entrevista oferece flexibilidade e maior número de respostas, pois o entrevistador pode esclarecer o significado das perguntas. Quanto ao nível de estruturação, a entrevista por pautas, assim denominada por Gil (2011), mostrou-se a mais adequada para fomentar a pesquisa por permitir certo grau de estruturação, uma vez que pontos de interesse do entrevistador são explorados ao decorrer da entrevista.

Dentre as desvantagens apontadas por Gil (2011) a que mais afetou esta pesquisa foi a falta de motivação do entrevistado para responder as perguntas, o que ocasionou atrasos no cronograma preestabelecido e dificuldades para ampliação do universo de entrevistados. Nesse sentido, apenas três protagonistas das famílias Tapety e Sá se disponibilizaram para participar do estudo. Por infortúnio, um dos protagonistas mais importantes da família Tapety não pode participar do estudo por motivos de enfermidade, e os demais membros familiares que atuaram como prefeitos de Oeiras não se mostraram disponíveis no período em que o estudo estava em andamento. As entrevistas foram realizadas individualmente em local indicado pelo próprio entrevistado, e gravadas, para transcrição integral do conteúdo e posterior análise.

A técnica da análise de conteúdo foi escolhida para tratamento do riquíssimo material conseguido através das entrevistas. De acordo com Bardin (1973) *apud* Richardson (2011, p. 223), a análise de conteúdo “é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem inferir conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens”. Nesse sentido, a análise de conteúdo deve prezar pelas características metodológicas – objetividade, sistematização e inferência.

O campo de aplicação da análise de conteúdo é bastante amplo, isso porque, “toda comunicação que implica a transferência de significados de um emissor a um receptor pode ser objeto de análise de conteúdo” (RICHARDSON, 2011, p. 225). Ainda segundo o referido autor (2011), a definição dos objetivos deve ser a orientação prioritária para a condução da análise de conteúdo, sendo assim, retornamos ao objetivo pretendido através da realização das entrevistas – capturar os sentidos das ações que permeiam as práticas políticas dos protagonistas das famílias Tapety e Sá, para em seguida, prosseguirmos com execução das seguintes fases: 1) pré-análise, na qual foi realizada a leitura superficial do material e a escolha dos fragmentos; 2) análise do material, em que foi operacionalizada a codificação e categorização da informação; 3) tratamento dos resultados, no qual as categorias foram agrupadas em unidades de sentido visando a inferência e a interpretação.

4 DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Dada à complexidade do fenômeno em questão – a natureza da dominação que sustenta as oligarquias na política do município de Oeiras-Piauí, ao longo da realização da

pesquisa percebeu-se que este estudo poderia apresentar respostas iniciais ao problema aqui levantado. Portanto, a discussão dos resultados se concentrará em três subseções – perfil dos entrevistados; estrutura política oligárquica em Oeiras; e, tipos ideais de dominação e a forma de “fazer política” no município de Oeiras, nas quais serão apresentados e analisados os dados levantados através da pesquisa documental e da pesquisa de campo, correlacionando-os às bases argumentativas teóricas presentes no referencial.

4.1 Perfil dos entrevistados

Os sujeitos visados para o estudo foram os protagonistas das famílias Tapety e Sá, a pretensão inicial era alcançar um número mais expressivo de participantes para o estudo, porém, grandes foram as dificuldades para conseguir os contatos necessários. Dessa forma, em tempo hábil para a realização do estudo, apenas três protagonistas políticos foram entrevistados, o que de certa forma não prejudicou o estudo por conta da natureza de pesquisa qualitativa adotada. Abaixo, breve apresentação, no Quadro 1, do perfil dos entrevistados.

Quadro 2: Perfil dos entrevistados

Entrevistado	Sexo	Idade	Família	Breve histórico da carreira política
Entrevistado 1	Masculino	70 anos	Sá	2 mandatos de Prefeito Municipal (1983-1988; 2000-2004; 2009*); 5 mandatos de Deputado Federal (1991-2007); Atual Coordenador de Fomento à Irrigação do Piauí. Relação Familiar: (tio do Entrevistado 2) Valor dos Bens Declarados: R\$ 496.500,00
Entrevistado 2	Masculino	50 anos	Sá	Secretário de Administração e Finanças (2012-2016); Prefeito Municipal (2016-2020). Relação Familiar (sobrinho do Entrevistado 1) Valor dos Bens Declarados: R\$ 1.034.469,34
Entrevistado 3	Masculino	55 anos	Tapety	5 mandatos de Deputado Estadual (1998-2002; 2002-2006; 2006-2010); Primeiro Suplente em 2010 efetivado em 2012-2014; Primeiro Suplente em 2014 efetivado em 2017-2018. Valor dos Bens Declarados: R\$ 220.477,93

Fonte: Elaborado pelos autores, 2017.

Conforme, descreve Quadro 1, acima, os três entrevistados apresentam valor expressivo dos bens declarados, além disso, dois dos protagonistas (Entrevistado 1 e 3) são homens com carreiras políticas consolidadas, apenas o Entrevistado 2 iniciou sua atuação recentemente, mas ainda assim declara: “já são 35 anos de militância política”. Quando indagados pelo momento em que decidiram pela carreira política, todos os três entrevistados mencionaram a influencia da família nesta sua decisão, conforme fragmentos, abaixo.

[FRAGMENTO 01] (...) a minha família teve uma força muito grande nessa minha decisão porque eu pertença ao grupo familiar que há exatamente 108 anos faz política aqui em Oeiras (ENTREVISTADO 1).

[FRAGMENTO 02] *É uma história bem longa. Já são 35 anos de militância política, como todo mundo sabe nós somos de uma família política, família Sá, e então, cresci dentro de um ambiente altamente politizado e sempre busquei, comecei entender o que é fazer política, o que é ajudar fazer as coisas acontecerem (ENTREVISTADO 2).*

[FRAGMENTO 03] *Ora, antes nunca ocupei na minha vida uma função administrativa pública. Sempre trabalhei na iniciativa privada, e levamos pra dentro da gestão ao que eu fui prefeito a maneira de se fazer gestão do setor privado para o público, que não é fácil [...] nunca ocupei uma função política, nunca fui candidato a vereador, nem candidato a prefeito. Foram, é...como, é... convergiram para o meu nome pela história que eu tenho e pelo bom trabalho que fizemos na gestão anterior (ENTREVISTADO 2).*

[FRAGMENTO 04] *Sempre fiz política, sempre participei da vida política de Oeiras e nisso foi que me fez a vontade, o desejo de ser candidato a deputado estadual, era um desejo nosso, era um desejo meu, mas não foi herança, foi um trabalho que eu vinha fazendo desde de muito novo me preparando para tentar disputar uma cadeira no legislativo (ENTREVISTADO 3).*

Dessa forma, constata-se que o reconhecimento do posicionamento político da família interferiu na decisão pela carreira política, porém, à medida que desenvolvem suas argumentações os entrevistados indicaram outras razões que justificam seu envolvimento com a administração pública direta nas funções do executivo e legislativo. Além disso, é possível identificar a problemática dicotomia público/privado presente no Fragmento 04, na qual um dos entrevistados aponta seu interesse em levar para o setor público sua experiência empresarial. Alguns fragmentos podem esclarecer as outras razões apontadas, como por exemplo: “*era um desejo nosso, era um desejo meu, mas não foi herança*” (ENTREVISTADO 3), “*eu poderei ser mais útil dentro de uma sociedade não só como médico mas, principalmente como condutor de homens*” (ENTREVISTADO 1), portanto há uma tentativa de apresentar razões de cunho mais pessoal para o seu desejo.

Neste ponto é possível resgatar o conceito de elite política para refletir como grupos minoritários ascendem ao domínio político a partir da família e da riqueza o que de acordo com Couto (2010) pode contribuir para o surgimento de uma oligarquia, à medida que se estabelece uma relação desigual entre minorias e majorias, permitindo que as primeiras se imponham sobre as últimas.

Porém, quando perguntados diretamente sobre a influência da família na decisão, o Entrevistado 1 e 3, pontuaram, respectivamente, “*mas foi uma decisão pautada exatamente na minha vontade de querer mudar o mundo*”; “*não se herda política se conquista [...] eu tive influência da família, eu tive, mas que foi uma decisão pessoal, uma vontade pessoal minha e uma vontade de servir o povo de Oeiras*”. Apenas o Entrevistado 2, assumiu: “*Totalmente, totalmente*”. Considera-se que esta divergência poderia ser explicada pelo tempo distinto em que os entrevistados estão atuando na linha de frente na política, ao passo que apenas o Entrevistado 2 é iniciante na carreira política. Assim, neste caso, percebe-se que o discurso do “servir ao povo” passa com o tempo a aparecer no vocábulo dos atores políticos.

A continuidade da carreira de político aparece como essencial para os entrevistados: “*eu não sei quantos anos de vida eu vou viver, mas eu posso muito bem lhe dizer que talvez eu fique imortal na política*” (ENTREVISTADO 1). Além disso, a manifestação do resultado do trabalho mostra-se como aspecto legitimador da ação política “*o povo possa reconhecer seu trabalho, a sua luta apesar que hoje o lado financeiro de uma campanha tá pesando muito em uma eleição, mas eu acredito que política é um dom, a política é uma vontade de*

servir sua comunidade” (ENTREVISTADO 3) ou ainda, *“Isso é um dom de cada um”* (ENTREVISTADO 2).

4.2 Estrutura política oligárquica em Oeiras

Conforme fora descrito na seção 2.3 do referencial teórico deste estudo, o município de Oeiras apresenta condições socioeconômicas que remetem à uma situação de estagnação. Nesse sentido, um dos entrevistados mencionou *“a deficiência maior é a geração de emprego e renda [...] é algo muito angustiante [...] porque de 10 pessoas que entram pra falar comigo as 10 sempre querendo [...] uma oportunidade e você dizer pra ela que o município não tem essa capacidade”* (ENTREVISTADO 2).

A situação do município de Oeiras demonstra notoriamente um caso típico de sucessão hereditária do poder político em todo o Brasil em que um número restrito de famílias detém o poder político e são também detentoras de grande influência social e econômica. Um dos entrevistados relatou a pressão dos correligionários, que numa situação de impedimento pessoal, precisou convencer seu filho a participar enquanto candidato para que o grupo político permanecesse na gestão do município.

[FRAGMENTO 05] *O [nome do filho] sofreu muito, chorava copiosamente, o senhor não nos preparou para isso, o senhor sempre disse que não queria filho seu na política e também não me preparei para isso, formei em administração de empresas estou cuidando das minhas pequeninas empresas, tou começando a cuidar da minha vida, mas imagine a pressão, a pressão dos amigos, dos correligionários, dizendo: o melhor candidato é [nome do filho]! Ele tem mais apelo popular ele veio e ficou junto com o senhor* (ENTREVISTADO 1).

[FRAGMENTO 06] *Se ganhar “eu vou honrar o compromisso com a família e principalmente por tanto sofrimento que você tem tido, mas com os amigos de fazer o que eu puder na administração e depois me esqueçam* (ENTREVISTADO 1).

[FRAGMENTO 07] *Oeiras, nosso grupo tem que ter um candidato eu até insisti pra não ser, mas de repente, aí meus advogados o senhor ainda tá impugnado por conta da cassação, o senhor ficou com 8 anos inelegível, e aí em cima da hora nós colocamos o [nome do filho], isso foi uma coisa muito atribulada muito desarrumada, mas rigorosamente eu lhe digo nunca estimulei nenhum a ser, se meter com política* (ENTREVISTADO 1).

Com isso, percebe-se que dada uma circunstância excepcional surgiu a candidatura de uma pessoa que fora indicada unicamente por ser filho de quem era, e portanto, tinha a seu favor forte apelo emocional, baseada unicamente em sua carga genética. Outro aspecto que merece atenção nesta discussão é a questão da política ser considerada pelos entrevistados enquanto algo vocacional em vez de profissão. Isso é, a nosso ver, uma estratégia para que se consolide o que Miguel (2014) denomina de solidariedade para com a classe de origem, ou seja, garantir a permanência na posição de liderança política, ao consolidar o vínculo com os representados.

[FRAGMENTO 08] *Uma coisa você entrar na vida pública, política, vocacionado por aqueles objetivos maiores de atuar para melhorar as condições de vida dos semelhantes, pra desenvolver, para estimular a geração de emprego e renda e crescer todo mundo. E a outra é você entrar*

apenas pra se dar bem, pra ter um mandato pra repetir o mandato uma duas, três e às vezes por gerações mas, sem se preocupar em melhorar a vida de ninguém (ENTREVISTADO 1).

O controle político das famílias Tapety e Sá é muito mais antigo do que o recorte temporal operacionalizado neste estudo (1988-2016). Haja vista que o bisavô do atual prefeito também exerceu a função executiva do município nos anos de 1930, quando surgiu a figura de prefeito municipal, conforme pode ser observado no Quadro 3, abaixo.

Quadro 3: Gestores Municipais de Oeiras, 1934 a 2016.

Pleito	Prefeito	Família	Profissão
1930	José Martins de Sá	SÁ	Desconhecida
1934	João Ferraz	AS	Desconhecida
1936	Augusto Rocha Neto	TAPETY	Desconhecida
1937	Orlando Barbosa de Carvalho	SÁ	Desconhecida
1948	Augusto Rocha Neto	TAPETY	Desconhecida
1951	Laurentino Pereira Neto	SÁ	Médico
1955	Mário de Alencar Freitas	TAPETY	Desconhecida
1959	Adelino Sá Rocha	SÁ	Desconhecida
1963	Juarez Piauhyense de Freitas Tapety	TAPETY	Desconhecida
1963	Acelino Homero Praça	TAPETY	Desconhecida
1967	João da Mata Barbosa Nunes	SÁ	Desconhecida
1971	Juarez Piauhyense de Freitas Tapety	TAPETY	Desconhecida
1973	Pedro de Mendes Freitas	TAPETY	Desconhecida
1977	Pedro Waldemar de Reis Freitas	TAPETY	Desconhecida
1983	Benedito de Carvalho Sá	SÁ	Médico
1988	Marco Antônio Nunes de Carvalho	SÁ	Médico
1992	Walburgue Ribeiro Golçalves Filho	SÁ	Médico
1996	José Nogueira Tapety Filho	TAPETY	Advogado
2000	Benedito de Carvalho Sá	SÁ	Médico
2004	José Natanael Lopes Reis	TAPETY	Advogado
2008	Benetito de Carvalho Sá	SÁ	Médico
2010*	Antônio Portela Barbosa Sobrinho	SÁ	Vereador
2012	Lukano Sá	SÁ	Administrador
2016	José Raimundo	SÁ	Empresário

*Eleições suplementares

Fonte: Dados coletados

Assim como fora apresentado por Arraes Filho (2001), o ponto central da estrutura política oligárquica é a ausência de mudanças significativas na vida política local que permanece dominada por uma ou duas famílias tradicionais em que as relações estão mergulhadas por práticas clientelistas. Esta ausência de mudanças é vista de duas maneiras pelos entrevistados, um reconhece o aspecto negativo enquanto que os outros dois apontam como natural.

[FRAGMENTO 09]Essa dicotomia é muito grave. Esse verdadeiro fla flu eterno que se tem aqui, não surgem alternativas dentro desse fla flu e... o que... mais grave é que as pessoas que são do lado contrário ao nosso, muito deles reconhece o nosso trabalho, que nós fazemos as coisas, mas não vota, porque amarrou o umbigo a duas, três gerações pra trás, “eu não saio daqui”, então é uma coisa terrível faz com que a gente viva eternamente em guarda, a gente fazendo a coisa e o partido ouvindo provocação e esse tipo trabalhando por profissão (ENTREVISTADO 1).

[FRAGMENTO 10] *Sãs forças políticas que emanam de famílias [...] uma cidade histórica foi uma cidade que foi criada na sua fundamentação de grupos de famílias [...] você quebrar esse ciclo... eu não diria que vai ser quebrado e se um dia vai ser quebrado e quando vai ser quebrado, eu não saberia dizer essa resposta (ENTREVISTADO 2).*

[FRAGMENTO 11] *Luta das duas famílias, a luta insistente participativa, não posso negar que os nossos adversários tem um trabalho atuante como política e ninguém pode negar [...]outras pessoas não participam, política não cai do céu você só ganha você só vai eleito se você tiver coragem de participar eu acho que pra todo mundo tem o direito de participar, acho que ninguém nunca empatou tanto nós [...] só tem voto quem trabalha é natural. (ENTREVISTADO 3).*

Um dos entrevistados aprofunda sua argumentação sobre a dominação política das famílias à visão limitada dos eleitores, em suas palavras *“também pelo fato de viverem aqui dentro de Oeiras limitados por lado pelo Pouca Vergonha e o Mocha e do outro lado pelo Canindé e por essa ideia não crescem a vista, não avançam, não procuram ler, não procuro se informar”* (ENTREVISTADO 1), porém, de forma implícita, esta compreensão do entrevistado acerca dos eleitores limita-se àqueles que optam pelo grupo político adversário ao do próprio.

Diante do exposto, percebe-se que esta situação permanente de disputa entre os dois grupos familiares é justificada pela tradição e pela condição histórica da cidade, o que de certa forma pode ser considerada uma visão fatalística do fenômeno. Por outro lado, esta situação de rixa (Ver Anexo 3) entre os grupos pode sim representar um tipo de prejuízo para a cidade uma vez que há a possibilidade de um grupo barrar a continuidade de uma obra pública que foi iniciada pelo outro, simplesmente como estratégia para solapar a influência política do outro grupo, conforme apontado pelo Entrevistado 1: *“um grupo político que se esforça tremendamente pra trazer um benefício e outro atravanca”*.

4.3 Tipos ideais de dominação e a forma de fazer política no município de Oeiras

Dominação significa “a probabilidade de encontrar obediência pronta, automática e esquemática a uma ordem, entre uma pluralidade indicável de pessoas” (WEBER, 2015, p. 33). Dentre os tipos ideais de dominação propostos na sociologia weberiana – dominação tradicional, dominação carismática e dominação burocrática, percebe-se no sistema político de Oeiras uma inter-relação muito forte entre as formas de dominação tradicional e carismática. Isso porque, existe uma indiscutível veneração à tradição e ao costume, além do aspecto emocional, em que os líderes são reverenciados por seus atributos pessoais (Ver Anexo 1). Na verdade, boa parte da população se autodenomina membro da “nação boca-preta” ou membro “nação tupamaro”. Então, em certa medida, existe uma obediência automática, por parte dos eleitores, no sentido de votar naquele candidato que representa a “nação” da qual a família do eleitor faz parte.

No entanto, quando os entrevistados foram indagados sobre de que forma eles atuam para conquistar votos, surgirão as seguintes considerações:

[FRAGMENTO 12] *Conquista o eleitor estabelecendo uma relação com ele procurando inculcar nele ideias e mais do que nunca fazer aquilo que o Sócrates ensinava fazer a maiêutica. Maiêutica quer dizer o parto que mãe de Sócrates era parteira ele se inspirou nela... olha procure parir o que você tem dentro de você, você tem coisa... muitas outras coisas você é capaz de*

pensar, você é capaz de refletir, você é capaz de raciocinar (ENTREVISTADO 1).

[FRAGMENTO 13] *[risos] colocando a maior clareza possível, toda sua forma de gestão, toda sua forma de agir pra com o povo de uma cidade você fica melhor interpelado, [...] uma futura necessidade de provoca-lo pra se pedir um voto, entendeu? Eu acho que a maneira clara, a maneira descente, a maneira é o olho no olho. Você fazendo isso você com certeza terá êxodo, entendeu? Mas na base do diálogo* (ENTREVISTADO 2).

[FRAGMENTO 14] *na primeira campanha que eu fiz aqui de prefeito em 1982, eu estava em plena atividade de médico, eu usei minha profissão pra me aproximar dos eleitores, não usei a profissão pra comprar voto, eu saía atendendo aqui na cidade, às vezes passava uma manhã inteira trabalhando e entrava nesse e naquele interior* (ENTREVISTADO 1).

[FRAGMENTO 15] *Usei minha profissão pra me aproximar, pra ganhar a confiança e isso eu fiz bem feito, esse é um ponto importante havia um lance interessante que eu dizia em plena campanha – votem em mim que eu falo que a promessa é essa eu duvido que alguém de bem de Oeiras se arrependam de votar em mim* (ENTREVISTADO 1).

Ainda que as práticas clientelistas não apareçam explicitamente no discurso dos entrevistados vê-se que a relação de confiança se mostra essencial para aproximação com os eleitores. Portanto, ainda que os fatores meritocráticos sejam importantes para a atuação enquanto gestor, a relação interpessoal apresenta-se como substancial nesse tipo de envolvimento político local, uma vez que o município de Oeiras carrega traços muito particulares do regionalismo piauiense.

Em relação à forma de recrutamento dos seus colaboradores, os entrevistados demonstram que capacidade técnica e os traços de personalidade integram seus critérios para a escolha dos seus assessores, porém, na realidade existe uma verdadeira “dança de cadeiras” no que diz respeito à ocupação de cargos na prefeitura, ou seja, quando um grupo vence as eleições, automaticamente, seus adversários políticos perdem seus cargos, independentemente de terem prestado um bom serviço à comunidade. Este fato remete à típica relação entre atores políticos que envolve a concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto como apontara CARVALHO (1997) ao delimitar o conceito de clientelismo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As oligarquias locais no sistema político piauiense são realidades que de algum modo se apresentam como insuperáveis para diversos atores políticos incluindo governantes e governados. Esta visão fatalística do fenômeno não contribui para a sua superação, no entanto, a tentativa de compreender a natureza da dominação que se estabelece entre governantes e governados, parece ser um caminho que facilita a compreensão do fenômeno e constitui-se como uma primeira fase para intervenção social.

No município de Oeiras – Piauí, duas famílias tradicionais se alternam durante séculos na gestão do município, dividindo a população em dois grupos políticos – os tupamaros e os boca-pretas. Neste estudo pretendeu-se apresentar respostas iniciais sobre a natureza da dominação que sustenta as oligarquias na política do município de Oeiras-PI, entre os anos de 1988 a 2016. Portanto, não coube a discussão acerca da existência da dominação, porque ninguém nega isto.

O levantamento de dados operacionalizado a partir da pesquisa documental permitiu a compreensão da estrutura política oligárquica no que diz respeito ao comportamento dos seus condicionantes históricos, socioeconômicos e culturais. Dessa forma, alguns traços históricos e culturais da cidade apontam para um cenário em que existe em certa medida uma espécie de culto à tradição, aos costumes, e por isso, por muitas vezes o controle político das famílias apresenta-se como algo insuperável.

A partir do levantamento proporcionado pela pesquisa de campo foi possível identificar as distintas percepções sobre a relação família e política dos protagonistas das famílias Tapety e Sá. Os sujeitos parecem reconhecer a influência da família na escolha pela carreira política, porém, colocam a vontade pessoal como algo que transcende esta influência familiar. Desta forma, demonstram desconhecer que esta mesma “inclinação pessoal” é algo que também tem forte relação com a socialização primária do sujeito, o que corrobora ainda mais a hipótese da dominação tradicional.

Além disso, os sujeitos demonstram opiniões diferentes acerca da ausência de mudanças na representação política do município. Nesse sentido, àqueles que veem este fato como natural reforçam as práticas elitistas, nas quais o grupo dominante considera-se em certo sentido superior ao grupo dominado e isso se faz com que o processo de oligarquização tome força no município.

No que diz respeito à relação entre os tipos ideais de dominação com a forma de fazer política no município de Oeiras é possível identificar que as formas de dominação tradicional e carismática possuem bastante força para determinação da legitimidade conferida aos grupos políticos tradicionais. É válido indicar que a dominação do tipo carismática não se evidencia claramente neste estudo, isso porque, os eleitores não foram entrevistados. Apesar disso, alguns dados da pesquisa de campo apontam para o caráter emocional da dominação através da veneração de herói e confiança no líder (Ver Anexo 1) levando à conclusão de que a dominação carismática também legitima o controle político das famílias Tapety e Sá em Oeiras.

Portanto, o presente estudo concede respostas iniciais sobre o fenômeno da dominação tradicional e carismática que legitima a permanência de duas famílias fornecendo a décadas gestores municipais em Oeiras-PI, contudo esta temática não se exaure aqui, assim, sugere-se que futuras pesquisas sobre o fenômeno contemplem a perspectiva dos eleitores em relação às disputas políticas entre as duas famílias para o controle da prefeitura; ou ainda, estudos que adensem a caracterização geral das famílias no sentido de compreender como estas influenciam a política estadual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRAES FILHO, Manoel Ricardo. **Oligarquias e elites políticas no Piauí: 1982 – 1994**. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas). UNICAMP, 2000.

BEZERRA, Douglas Moraes. **Reformas Administrava no Brasil: O Caso do governo do estado do Piauí**. 2011.155f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2011.

BIANCHI, Alvaro. O conceito de Estado em Max Weber. **Lua Nova**, v. 92, p. 79-104, 2014. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/profile/Alvaro_Bianchi2/publication/267390846_BIANCHI_A

Ivaro_O_conceito_de_Estado_em_Max_Weber_Lua_Nova_Sao_Paulo_n_92_p_79-104_ago_2014/links/544e3300cf2bca5ce8f1591.pdf>. Acesso em: 30/04/2017.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 11. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A construção política do Brasil: sociedade, economia e Estado desde a Independência**. São Paulo: Editora 34, 2016.

BRUHNS, Hinnerk. O conceito de patrimonialismo e suas interpretações contemporâneas. **Revista Estudos Políticos**, n. 4, p. 61-77, 2012. Disponível em: <<http://revistaestudospoliticos.com/wp-content/uploads/2012/04/4p61-77.pdf>>. Acesso em: 27 de maio de 2017.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, **Coronelismo, Clientelismo**: Uma Discussão Conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p., 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 de Junho de 2017.

COSTA, Frederico Lustosa da. **Reforma do Estado e contexto brasileiro: crítica do paradigma gerencialista**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

COSTIN, Claudia. **Administração Pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

COUTO, Cláudio Gonçalves. Oligarquia e processos de oligarquização. **Revista de Sociologia e Política**, v. 20, n. 44, p. 47, 2012. Disponível em: <<http://search.proquest.com/openview/e899a3ee33129290be3e8c7817fa484b/1?pq-origsite=gscholar&cbl=1636337>>. Acesso em: 10 de maio de 2017

CRUZ, Carlos Hermes Ferreira da. **Oeiras nas lutas pela independência no Norte do Brasil**. Imperatriz, MA: Ética, 2007.

DE ALEXANDRIA, Ana Cecília Saraiva. **A gestão pública do patrimônio histórico-cultural na cidade de Oeiras PI entre 2012 e 2014**. **Acervo**, v. 29, n. 2 jul-dez, p. 179-192, 2016. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/706/737>> Acesso em: 24 de junho de 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censo Sinopse Oeiras. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/pi/oeiras/panorama>>. Acesso em 01 de junho de 2017.

LIMA, Ariane dos Santos; PINHEIRO, Aurea Paz. **Histórias, Vidas e Patrimônios: Bens Patrimonializados e a Comunidade de Oeiras- Piauí**. XII Encontro Nacional de História Oral ..., Teresina, 2014, Universidade Federal do Piauí. Disponível em: <http://www.encontro2014.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1397495351_ARQUIVO_ArianedosSantosLima_HIs_oral.pdf>. Acesso em: 25 de junho de 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982. Disponível em: < <https://pt.scribd.com/document/99012086/Robert-Michels-Sociologia-dos-partidos-politicos-Brasilia-Ed-UnB-1982>>. Acesso em 20 de junho de 2017.

MIGUEL, Luis Felipe. Oligarquia, democracia e representação no pensamento de Michels. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 13, p. 137, 2014. Disponível em: <<http://search.proquest.com/openview/47b69cad0ad4f740f83c8c9dc48ce948/1?pq-origsite=gscholar&cbl=1626348>> Acesso em: 20 de junho de 2017.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

REIS, Amada de Cássia Campos. **História e memória da educação em Oeiras–Piauí**. 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS. Sobre o Município. Disponível em: <<http://oeiras.pi.gov.br/pagina-exemplo/>>

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

ANEXO 1 – MÚSICA “PAVÃO MISTERIOSO”
(CANÇÃO ENTOADA NAS REUNIÕES POLÍTICAS DOS SÁ)

Pavão misterioso, pássaro formoso, tudo é mistério
nesse teu voar
Ah, se eu corresse assim, tantos céus assim
Muita história eu tinha pra contar

Pavão misterioso nessa cauda aberta em leque
Me guarda moleque de eterno brincar
Me poupa do vexame de morrer tão moço
Muita coisa ainda quero olhar

REFRÃO

Pavão misterioso, meu pássaro formoso
No escuro desta noite me ajuda a cantar
Derrama essas faíscas, despeja esse trovão
Desmancha isso tudo que não é certo não

Pavão misterioso, pássaro formoso
Um conde raivoso não tarda a chegar
Não temas minha donzela, nossa sorte nessa guerra

Eles são muitos, mas não podem voar.

ANEXO 2 – MARCAS OFICIAIS DA CAMPANHA ELEITORAL 2016



Na parte superior da foto da esquerda encontra-se Dr. Abimael Rocha (candidato a prefeito) e ao seu lado direito a Aleksandra Tapety (candidata a vice-prefeita); e na parte inferior, da esquerda para direita, estão Dr. Benedito de Carvalho Sá (ex-prefeito), Martinho Meneses (candidato a vice-prefeito), José Raimundo de Sá Lopes (candidato a prefeito) e o Lukano Reis Sá (ex-prefeito)

ANEXO 3 – NOTÍCIA “ MAURO TAPETY E B.SÁ TROCAM “FARPAS” APÓS POSSE NA ALEPI”

Mauro Tapety e B.Sá trocam "farpas" após posse na ALEPI



Os Tupamaros e Bocas Pretas de Oeiras estão na base governista na Assembleia Legislativa, mas as diferenças políticas entre os grupos rivais seguem vivas e acirradas. Na posse de Bessah Filho (PP), o pai do novo parlamentar, ex-deputado federal B. Sá (PP), deu uma "espetadinha" nos adversários da política oeirense, afirmando que os Bocas Pretas são aliados de primeira hora do governador Wellington Dias e não pegaram carona em adesões recentes.

O deputado Mauro Tapety (PMDB) não deixou por menos a alfinetada de B. Sá: "Nossa aliança com o governador Wellington Dias de fato é recente, mas é sincera, tem valor e consistência; em nossa palavra o governador pode confiar", desabafou o Tupamaro Mauro Tapety. E foi só o primeiro dia de convivência dos grupos adversários na Assembleia Legislativa, mesmo atuando no bloco governista.

Fonte: Elivaldo Barbosa (cidadeverde.com)

APÊNDICE A – GUIA DE ENTREVISTA POR PAUTA

ROTEIRO DE ENTREVISTA	
DADOS PESSOAIS	Nome:
	Idade:
	Sexo:
	Nível de escolaridade:
FAMÍLIA E POLÍTICA	Quando o senhor decidiu tornar-se candidato a prefeito? Por quê?
	Sua família influenciou esta decisão?
	Quantos membros da sua família ocuparam ou ocupam cargos na política piauiense?
	O senhor pretende continuar trabalhando como político? Por quê?
	O senhor incentiva seus filhos a ingressar na política?
	Para o senhor, a política é um tipo de trabalho ou uma vocação?
POLÍTICA EM OEIRAS	O que deve ser feito para vencer uma eleição em Oeiras? Como conquistar eleitores?
	Quais critérios o senhor utiliza para escolher seus assessores políticos?
	Como o senhor explicaria a notória divisão dos eleitores de Oeiras em apenas dois grupos “os tupamaros” e “os bocas-pretas”?
	Como determinar o candidato ideal para concorrer cada pleito eleitoral? O que predomina na decisão? Os laços consanguíneos, os traços de personalidade, ou as competências e habilidades técnicas?
	Quais seriam as principais dificuldades (econômicas, sociais, culturais, políticas) percebidas pelo senhor como limitadoras do desenvolvimento de Oeiras?



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
 () Dissertação
 () Monografia
 Artigo

Eu, Ana Kelly Sousa e Silva e Tahmece Renegally M. Barbosa,
 autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de
 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,
 gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação
Oligarquias e Dominação: Uma Discussão sobre o Controle Político
das Famílias Tapety e Sá na cidade de Oeiras-Piauí.
 de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título
 de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 01 de agosto de 2017.

Ana Kelly Sousa e Silva

Assinatura

Tahmece Renegally M. Barbosa

Assinatura